

PÔSTER | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

A INSERÇÃO DA MULHER NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO: a construção da imagem de heroína frente a imagem do bombeiro herói

THE INSERTION OF WOMEN IN THE MARANHÃO MILITARY FIRE BRIGADE:
the construction of the heroine image in relation to the firefighter hero image

Reinaldo Vinicius Moraes Pereira¹

RESUMO

Este artigo aborda a inserção da mulher no Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA) e a construção da imagem da bombeira como heroína frente a imagem construída do bombeiro herói, na Corporação. A pesquisa bibliográfica realizada reuniu elementos fundamentais para o fortalecimento da discussão, a partir dos conceitos de gênero, sexo, corpo, espaço e poder. Apoiado nisso, partiu-se para o debate da construção da imagem da bombeira heroína, por meio da análise dos discursos das bombeiras do CBMMA, que evidenciam as práticas e consequentemente as dinâmicas de poder existentes sobre os corpos dessas profissionais. Diante disso, evidencia-se que ao passo que a imagem de herói se sustenta na concepção de força e virilidade do homem, a construção da imagem de heroína se dilui, pesando as escrituras socialmente construídas sobre os corpos das mulheres.

Palavras-chave: Gênero; bombeira militar; espaço e poder.

ABSTRACT

This article deals with the inclusion of women in the Maranhão Military Fire Brigade (CBMMA) and the construction of the image of the firewoman as a heroine compared to the image of the hero firefighter in the Corporation. The bibliographical research carried out brought together fundamental elements to strengthen the discussion, based on the concepts of gender, sex, body, space and power. Based on this, we moved on to debate the construction of the image of the hero firewoman, by analyzing the speeches of CBMMA firewomen, which show the practices and consequently the power dynamics that exist over the bodies of these professionals. This shows that while the image of the

¹Mestrando em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: rviniicius.morais@gmail.com.

hero is based on the concept of male strength and virility, the construction of the image of the heroine is diluted, weighed down by the socially constructed scriptures on women's bodies.

Keywords: Gender; military firewoman; space and power.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres por muito tempo foram impedidas de exercer sua liberdade enquanto indivíduo, bem como, tiveram seus corpos controlados para atender os anseios de uma sociedade fundada em uma cultura e estruturas que favorecem os homens. Surge nesse contexto, uma binaridade traduzida em relações de poder, que se estabelecem sobre o ser homem e o ser mulher, ou seja, sobre os corpos masculinos e os corpos femininos, sobre a construção dos significados do que são cada um.

Em vista disso, a sociedade foi construída por sistemas de distinção de papéis demarcados pelas diversas formas de existência e de percepção dos diferentes grupos sociais. É em consequência disso, que ainda é possível observar a influência da ideia de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificam a construção de espaços sociais diferenciados. Dessa maneira, se apresenta a divisão sexual do trabalho, a qual é palco para a realização deste estudo sobre a inserção da mulher no Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e a construção da imagem de heroína, dessa profissional, frente a imagem construída do bombeiro herói, presente na sociedade.

Souza *et al.* (2012) enfatizam que o trabalho executado pelos bombeiros é bastante estressante. Dentre os vários serviços que exercem destacam-se: prevenção e extinção de incêndios; busca e salvamento; perícias de incêndio; prestação de socorro nos casos de inundações, desabamentos ou catástrofes, sempre que haja ameaça de destruição de haveres, vítima ou pessoa em iminente perigo de vida. No que se refere a esse contexto de trabalho, Araújo *et al.* (2021) afirmam que no mundo militar a hierarquia interna à organização afeta diretamente as relações de gênero e as representações dos papéis socialmente estabelecidos.

Sendo assim, este trabalho objetiva contribuir para o debate da questão de gênero, da inserção da mulher nos Corpos de Bombeiros do Brasil e da construção da imagem profissional da bombeira como heroína frente a imagem do bombeiro herói, a partir de discursos construídos pelas bombeiras do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Destaca-se que este

trabalho é um dos resultados de um estudo mais denso de Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, realizado no segundo semestre de 2022.

Em relação a proposta metodológica, o estudo é de abordagem qualitativa, com aplicação do método indutivo-dialético, sendo um estudo de caso, pois se analisou uma realidade específica e suas relações com o macrossistema sociopolítico. É uma pesquisa bibliográfica, pois mergulhou-se em artigos, livros, dentre outros documentos que proporcionaram uma melhor delimitação e aprofundamento do tema. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista semiestruturada e para a análise das entrevistas aplicou-se o método hermenêutico-dialético, tendo em vista a pluralidade de informações e percepções da realidade.

2 O SER BOMBEIRO NO DEBATE DA QUESTÃO DE GÊNERO: SOBRE O SEXO E O CORPO

Pensar a divisão sexual do trabalho proporciona questionar o porquê de a sociedade colocar os indivíduos sobre os limites do que é ser homem ou ser mulher, e isso requer uma discussão mais aprofundada sobre o tema, que possibilite romper com esses limites, para se ter um panorama mais amplo dos conceitos e significados construídos em torno da problemática. Nesse sentido, debater sobre o significado de gênero, do sexo e do corpo é fundamental para o entendimento do estudo levantado. Assim, fundamentando-se em Butler (2003), observa-se em seu livro “Problemas de gênero”, que tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais, não sendo possível conceber o primeiro como natural, correspondente ao domínio biológico, ou seja, anatômico, cromossômico ou hormonal. Dessa forma:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela -se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2003, p. 25).

Nesse contexto, Safatle (2015) lembra que o conceito de gênero foi introduzido no campo clínico em 1968 no livro “Sexo e Gênero” de Robert Stoller, de modo a tratar de um regime próprio de formação das identidades sexuais, para além da conexão estrita à diferença anatômica de sexo. À vista disso, essa distinção entre gênero e sexo passou a ser empregada

pelas teorias feministas, com a finalidade de dar ênfase ao caráter construído da identidade das mulheres (FIGUEIREDO, 2018).

Em contrapartida, ao analisar-se a ideia de Butler (2003), ela se alicerça na convicção de que não se pode separar corpo e mente. Segundo a autora, o corpo não tem nada de natural, ele é construído à medida em que a criança é educada pelos instrumentos sociais de poder que a fazem a se transformar em uma mulher, consoante com os códigos vigentes. Como consequência, ela concebe o gênero como um devir que pode dar a aparência de uma cristalização, de algo determinado, mas que de fato é movente e não cessa de se transformar. Portanto, para Butler (2003, p. 59) “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”.

Seguindo esse raciocínio, Teresa de Lauretis, no seu estudo “A tecnologia do gênero” publicado em 1987, já criticava a noção de gênero baseada na diferença sexual, mostrando que essa ideia permanecia ligada aos termos tradicionais do patriarcado.

Com sua ênfase no sexual, a “diferença sexual” é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino; e mesmo os conceitos mais abstratos de “diferenças sexuais” derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivo (e a ênfase aqui é menos no sexual e mais nas diferenças como “différance”) acabam sendo em última análise uma diferença (da mulher) em relação ao homem – ou seja, a própria diferença no homem (LAURETIS, 1994, p. 207).

Dessa forma, assim como Butler, Lauretis faz uma releitura da questão a partir de Foucault, adotando a noção de “tecnologia sexual”, ou seja, o fato de que a sexualidade é produto de um conjunto de ações sociais que estabelecem comportamentos e relações sociais. Por consequência, “ao pensar o gênero como produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos” (LAURETIS, 1994, p. 208), ela redimensiona a questão da tecnologia sexual posta por Foucault indicando para o fato de que os apelos de sujeitos masculinos e femininos se diferenciam.

Assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas nas palavras de Foucault, **“o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”, por meio do desdobramento de “uma complexa tecnologia política”** (LAURETIS, 1994, p. 208, grifo nosso).

Portanto, os gêneros são produzidos por diversas tecnologias sexuais, ou seja, uma maquinaria de produção que vem de discursos e práticas discursivas das autoridades religiosas, legais ou científicas, das mídias, da medicina, da cultura popular, da psicologia, da arte, da literatura, da escola, da família, entre outros que se apoiam nas instituições do Estado (PINAFI, 2011). Nesse contexto, Butler (2003, p. 48) demonstra que o gênero é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero”, ou seja, a identidade de gênero é performativamente constituída, ou seja, desempenhada. Assim, os atos que controlam a formação da identidade do gênero são performativos, pois são fabricados tanto por sinais corporais quanto por meios discursivos. Em resultado disso o gênero não pode ter um caráter ontológico.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (BUTLER, 2003, p. 195).

Progredindo no assunto, Preciado (2014), na obra “Manifesto contrassexual”, colabora ao dizer que a contrassexualidade é uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, resultado do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas. É a substituição do contrato social que se denomina Natureza para um contrato contrassexual, no qual os corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, mas sim como corpos falantes, que reconhecem outros corpos falantes. Esses corpos reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, bem como a todas as posições de enunciação enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas.

O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual (PRECIADO, 2014, p. 25).

No decorrer desse pensamento, o filósofo explica que os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e de reprodução que legitima a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de produção, sendo essa exploração estrutural, de modo que reduz a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e privilegia o órgão reprodutivo masculino como único centro mecânico de produção de impulso sexual.

Diante disso, o autor contribui para o debate gênero, sexo e corpo ao dizer que o sistema sexo e gênero é um sistema de escritura, o que significa dizer que o corpo é um texto socialmente construído, sendo um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, onde determinados códigos se naturalizam, outros ficam elípticos, e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. E consoante com Butler (2003), o autor, afirma que a (hetero)sexualidade, longe de surgir de forma espontânea ao recém-nascido, deve se reinscrever através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos masculino e feminino, os quais são socialmente investidos como naturais.

Para Foucault, o corpo não é “sexuado” em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma “ideia” de sexo natural ou essencial. **O corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder. A sexualidade é uma organização historicamente específica do poder, do discurso, dos corpos e da afetividade.** Como tal, Foucault compreende que a sexualidade produz o “sexo” como um conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese (BUTLER, 2003, p. 137 - 138, grifo nosso).

Diante de todo o exposto, nessa construção de significados sobre gênero, sexo e de maneira a romper com os limites impostos sobre o corpo, concorda-se com Butler (2003, p.139) que “o corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais”.

3 O SER BOMBEIRO NO DEBATE DA QUESTÃO DE GÊNERO: SOBRE O ESPAÇO E O PODER

Para o fortalecimento do texto construído até o momento, lançar uma nova perspectiva, com novos conceitos e abordagens faz-se necessário, para o entendimento do estudo, que traz para o debate a figura do ser bombeiro e a construção da imagem da bombeira heroína frente a imagem do bombeiro herói. Dessa maneira, pensar a prática do gênero nos espaços sociais é observar as relações de poder entre os sujeitos que constituem esses espaços. De forma mais

precisa, é lançar luz sobre as dinâmicas de poder que se estabelecem sobre os corpos que trazem consigo um universo de significados. Sendo assim, discutir o gênero sobre a ótica de uma norma, apresenta-se como um ponto chave para o fundamento dessa discussão.

Dessa forma, Butler (2014, p.252) diz que “uma norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização”. A norma governa a inteligibilidade, admitindo que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas, ao passo que impõe uma grelha de legibilidade sobre o social, decidindo os parâmetros do que será e do que não será reconhecido como domínio do social. Diante disso, dizer que gênero é uma norma não é exatamente o mesmo que comunicar que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade, mesmo que essas visões normativas notoriamente existam.

Gênero não é exatamente o que alguém ‘é’ nem é precisamente o que alguém ‘tem’. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume (BUTLER, 2014, p. 253).

Ao realizar esse debate inicial sobre o gênero como norma regulamentadora, buscou-se criar um caminho propício para se compreender os efeitos de gênero nas práticas, nas instituições, isto é, nos espaços, em especial no espaço que compreende o trabalho bombeiro militar. Isto posto, em segmentos tradicionais ainda é possível observar a ideia de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificam as desigualdades e a construção de espaços sociais diferenciados.

Sendo assim, para se compreender os efeitos de gênero nas práticas, instituições e relações humanas é necessário substituir, de acordo com Scott (2017, p.86), “a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michael Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais”. Essa substituição se justifica pela razão de que o gênero de acordo com a definição proposta por Scott (2017, p.86) “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Seguindo esse raciocínio, a primeira parte da definição de gênero proposta pelo autor é composta de quatro elementos, os quais nenhum pode operar sem os outros, porém não operam em simultaneidade, como um simples reflexo do outro. Diante disso, o primeiro elemento são os símbolos culturalmente disponíveis que evocam as representações simbólicas.

O segundo, são os conceitos normativos que manifestam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e controlar suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos normativos estão visíveis nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma de uma oposição binária fixa, que diz de forma categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino.

O terceiro elemento está no desafio da nova pesquisa histórica em fazer com que se destrua essa noção de fixidade e em descobrir a natureza do debate ou da repressão que conduz à aparência de uma conservação intemporal na representação binária do gênero. O quarto elemento é a identidade subjetiva, a partir da teoria fornecida pela psicanálise sobre a reprodução do gênero, com uma descrição da transformação da sexualidade biológica dos indivíduos ao passo em que vivem um processo de enculturação.

Progredindo nesse pensamento, a segunda proposição de gênero desenvolvida pelo autor é de que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Segundo ele, seria melhor dizer que “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Sendo assim o gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de viabilizar a significação do poder no ocidente. Com isso, estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. À medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder, isto é, um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se envolto na concepção e na construção do próprio poder.

Para reforçar ainda mais esse debate, por trás de certa demarcação dos lugares destinados a homens e mulheres, bem como da rígida separação entre as atividades desenvolvidas por ambos, pode-se afirmar, parafraseando Foucault (1990, p.93), que se encontram técnicas de saber, estratégias e relações de poder, operadas por práticas e procedimentos discursivos. Nesse sentido, o poder é definido como exercício, não possui donos, pois é algo que se estabelece pelo seu caráter relacional, de maneira simétrica e assimétrica nas relações instituídas nos mais diferentes espaços e entre os diversos sujeitos (BEZERRA e LOPES, 2008).

Dessa forma, de acordo com Foucault (2005a, p.21 apud WEIZENMANN, 2013) “o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma [...] ele se exerce e só existe em ato”. Sendo assim, as relações de poder, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força

estabelecida em dado momento. O poder político, nessa hipótese, teria como função reconduzir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até nos corpos de uns e de outros.

Ainda nessa esteira, conforme Foucault o poder não deve ser analisado a partir de uma instância central possivelmente capaz de dirigir seus mais elementares pontos de ação, mas sim deve-se proceder sua apuração exatamente entre os espaços onde ele se faz mais sensivelmente operante, isto é, nas posições e formas em que materialmente incide. Dessa maneira, Deleuze ao comentar a analítica de Foucault, confirma que “o poder não tem essência, ele é operatório. Não é atributo, mas relação [...] longe de se exercer numa esfera geral ou apropriada, a relação de poder se insere em todo lugar onde existem singularidades” (DELEUZE, 2005, p. 37-38 apud WEIZENMANN, 2013).

Portando, essas relações de poder que se estabelecem nos espaços e nos corpos, em questão no espaço de trabalho bombeiro militar, afetam a construção da imagem da bombeira heroína frente a imagem do bombeiro herói, que já é consolidada na sociedade.

4 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA BOMBEIRA HEROÍNA FRENTE A IMAGEM DO BOMBEIRO HERÓI

Todo o caminho percorrido na discussão sobre gênero, sexo, corpo, espaço e poder foi realizado para se melhor compreender o fenômeno de inserção de mulheres no Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, como um evento que rompeu com a divisão sexual do trabalho, e propiciar um contexto para o debate proposto sobre a construção da imagem de heroína dessas mulheres frente a imagem construída do bombeiro herói. Portanto, todos os conceitos apresentados se tornam fundamentais para se ter o entendimento de como a presença de mulheres, ou seja, a presença desses corpos que falam, se estabelece diante das práticas profissionais, dos discursos e de um espaço marcado fortemente pela presença masculina.

Nesse sentido, o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão foi criado no ano de 1903, sendo que por muitas décadas teve seu efetivo marcado pela presença única de homens, o que começou a mudar no ano de 1994 quando a primeira mulher ingressou na Corporação. Sendo assim, 91 anos se passaram para que se pudesse ver a presença de mulheres nesse espaço.

Diante disso, a inserção das mulheres no CBMMA representa um avanço na ocupação de um espaço antes exclusivo dos homens, representando uma ruptura na divisão sexual do trabalho. Entretanto, ainda existem limites não apenas pela presença majoritária de homens no efetivo da Corporação e consequentemente no comando, como também pela própria constituição histórica da Instituição, a qual em equivalência ao que Bezerra e Lopes (2008) asseguram é fundada na hierarquia, nas normas e nos rituais ancorados em valores e preconceitos masculinos, orientados por uma cultura androcêntrica, cristalizada no cotidiano e assimilada por homens e mulheres bombeiros militares.

Nesse tecer de pensamentos, afirma-se que tudo é prática de acordo com Foucault (2008), isto é, os enunciados e visibilidades, os textos e instituições, o falar e o ver constituem práticas sociais que estão amarradas as relações de poder que as supõem e que as atualizam. Pelo que afirma Foucault (2008, p.55) o discurso não consiste sobretudo como conjunto de signos, ou seja, elementos significantes que remetem a conteúdo ou representações, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Além do mais, discurso e poder são inseparáveis. O discurso tem suas regras de aparecimento, tem suas condições de apropriação e coloca, desde o início, a questão do poder. Ele é, por natureza objeto de uma luta, e de uma luta política.

À vista dessa percepção do discurso como prática e da sua relação com o poder evidencia-se os discursos das bombeiras do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão sobre o significado de ser bombeira militar e sobre a construção da imagem de heroína dessas profissionais, uma vez que no imaginário social ser bombeiro é ser sinônimo de herói. Sendo assim, responderam que ser bombeira é estar disposta a ajudar aqueles que precisam de socorro e de forma mais enfática responderam que é superar limites, sejam esses físicos, sejam psicológicos.

Ser bombeira militar é estar sempre disposta a ajudar aqueles que precisam de socorro. É estar comprometida com essa missão, mantendo-se sempre em boas condições física e psicológica, para quando sua ajuda se fizer necessária [...]. (Cadete B)

Para mim, ser bombeira militar é sinônimo de superação. Superação é uma quebra de padrão, pois no imaginário social, o bombeiro é aquele herói forte, másculo... e dentro da corporação nós mulheres conseguimos provar (pelo menos tentamos provar) que a mulher pode fazer tudo o que o homem consegue, as vezes até melhor. Eu me vejo sim, como heroína, não só pelo fato de salvar vidas, mas também por ser exemplo para outras meninas que me veem hoje e almejam um dia estar no mesmo lugar que eu. (2ª Tenente F)

Na construção do se ver como heroína, é evidenciado que isso não decorre apenas em face de salvar vidas, mas também por impactar a vida de meninas ou outras mulheres que possam se sentir possíveis de estarem ocupando o mesmo espaço, compartilhando da farda e dos símbolos que representam a Corporação Bombeiro Militar, de modo a ressignificar o espaço da Corporação e produzir uma nova forma de imaginar o ser bombeiro, que esteja também presente no imaginário social.

Em contrapartida, afastando-se dos significados de ser bombeira militar explicitados, uma parcela respondeu que apenas se sente funcionária do Estado, realizando um serviço de excelência para a sociedade. Além disso, no que se refere a construção da imagem de heroína, essas mulheres responderam que não se sentem dessa forma, por não estarem executando a atividade fim da Corporação; por não terem suas habilidades aproveitadas; pela discriminação de gênero por parte de colegas de profissão. Outras mulheres responderam que preferem enxergar a profissão como um serviço, onde se é necessário investimento e muito treinamento, se afastando da construção simbólica do ser heroína.

Não, porque não estou executando minha função fim. (Cabo C)

Me vejo sim, principalmente pela forma que a própria sociedade deixa evidente que também me vê assim. Porém em relação aos colegas de profissão, não vejo isso, pois, muitos deles fazem discriminação por conta do gênero. (Cadete C)

Não. Acho que esta definição implica muitas responsabilidades, para ambos os gêneros. Prefiro encarar minha profissão como um serviço público em que é necessário muito investimento, por parte da corporação e do Estado, em treinamento e qualificações[...]. (3º Sargento B)

A construção da imagem de heroína se apresenta comprometida e fragilizada por vários fatores expostos, que destacam a questão de gênero e a capacidade dos corpos femininos serem capazes de realizar ou não a atividade fim da Corporação. Esse pensamento se sustenta pela razão dos corpos masculinos serem concebidos em força, agilidade, desempenho, destreza, o que de certa forma não é concebido para os corpos das bombeiras. Ao passo que a imagem de herói se sustenta na concepção de força e virilidade do homem, a construção da imagem de heroína se diluí, pesando as escrituras socialmente construídas sobre os corpos das mulheres. Pensa-se que a construção dessa imagem pode ser fortalecida, a partir da inserção crescente de mulheres no Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e nos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, o que irá cada vez mais impactar esse espaço de trabalho ancorado em

rituais masculinos, modificando as relações de poder, o que acarretará mudanças, a partir dos discursos e das práticas dessas bombeiras militares.

5 CONCLUSÃO

A presença de mulheres nas forças militares de Segurança Pública do Maranhão é um fenômeno recente e estudar as diversas facetas que envolvem essa inserção, em especial no CBMMA, faz-se fundamental para o debate sobre a desigualdade de gênero, o que pode impactar na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Partindo desse entendimento, as atividades laborais do CBMMA estão extremamente relacionadas à capacidade física dos corpos e a imagem do bombeiro como herói, sendo que essa construção imaginária do herói opera como uma norma social que constitui hierarquias e desigualdades entre homens e mulheres na organização, o que afeta negativamente a imagem da mulher como bombeira heroína.

É observando isso, que a inserção das mulheres no CBMMA movimentou as estruturas de poder da Corporação, ou seja, movimentou os pilares que ergueram a instituição, e por conseguinte continua a movimentar, por meio das suas práticas profissionais. Desse modo, a presença de mulheres no interior da Corporação criou uma ruptura do imaginário social do bombeiro exclusivamente como homem, o que vem ressignificando as concepções de herói, ao passo que mulheres também se sentem heroínas, apesar de isso não acontecer de forma marcante devido os enclaves próprios de ser um lugar social dominado objetiva e subjetivamente pelas práticas e discursos masculinos. Portanto, ao passo que essas ressignificações devido a inserção vão se fortalecendo, o reconhecimento profissional e a imagem de heroína das bombeiras vão se concretizando.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. F.; SANTOS, G. R.; SALES, D. R. **O teto de vidro e as instituições militares: um estudo de caso no 7º batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.1, p. 7961-7979 Jan. 2021.

BEZERRA, Teresa Cristina E.; LOPES, Emanuel Bruno. Quem são as mulheres da Polícia Civil. **A face feminina da polícia civil**, p. 19, 2008.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014.

FIGUEIREDO, E. Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, [S. l.], n. 20, p. 40-55, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. 9. ed. Graal, 1990.

FOUCAULT, MICHEL. **A arqueologia do saber/Michel Foucault**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). Tendências e impasses. **O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro:Rocco, 1994. p. 206-242.

SOUZA, Katia Maria Oliveira de; VELLOSO, Marta Pimenta; OLIVEIRA, Simone Santos. **A profissão de bombeiro militar e a análise da atividade para compreensão da relação trabalho-saúde: revisão da literatura**. SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, v. 8, 2012.

SAFATLE, Vladimir. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. **BUTLER, J. Relatar a si mesmo**: Crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, p. 173-196, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v.20, n.2, 2017.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**. Práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PINAFI, Tânia et al. Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 5, n. 06, 2011.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault: sujeito, poder e saber**. Série Dissertatio-Studia. Pelotas: NEPFil online, 2013.